



Cadernos de Negociação



Número 2 - Dezembro 2017/janeiro 2018

Preços e inflação

Até novembro de 2017, os preços administrados (que englobam combustíveis, água, luz e gás de cozinha, impostos, tarifas de transporte, telefone) aumentaram mais de 6%, segundo o Índice do Custo de Vida do DIEESE (ICV-DIEESE) na cidade de São Paulo. Para as famílias mais pobres, com renda em torno de R\$ 1.430, a alta teve impacto ainda maior: de 7,70%.

As despesas com esses itens equivalem a 22,00% dos gastos dessas famílias. Na taxa total do ICV, pesam 20,30%.

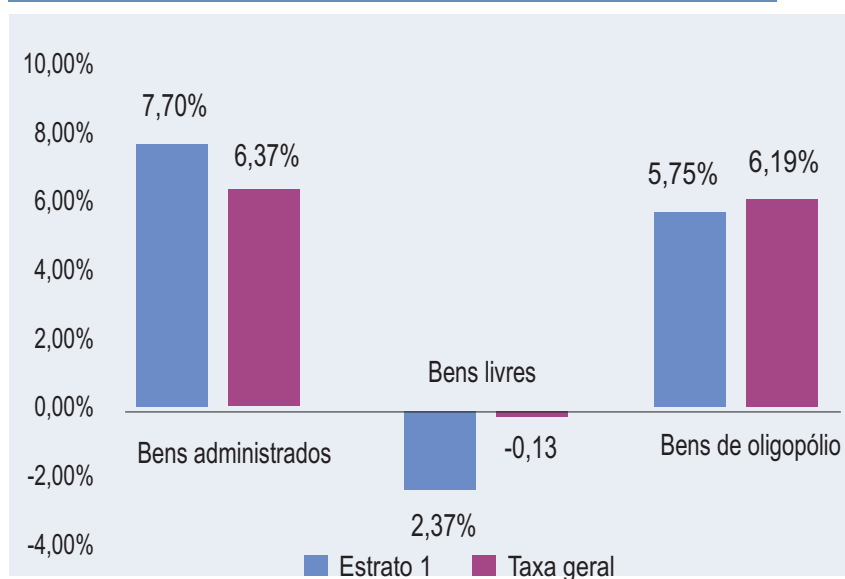
No caso dos bens oligopolizados (remédios, seguros e convênios de saúde etc.), as taxas acumuladas em 12 meses foram de 6,19% para o total das famílias e de 5,75%, para as mais pobres. Já os preços dos bens livres (grupo que

inclui alimentos, serviços de alimentação, aluguel, entre outros), sujeitos à concorrência entre os produtores, caíram -0,13% no índice geral e -2,37%, para as famílias de menor renda, do estrato 1.

Cautela

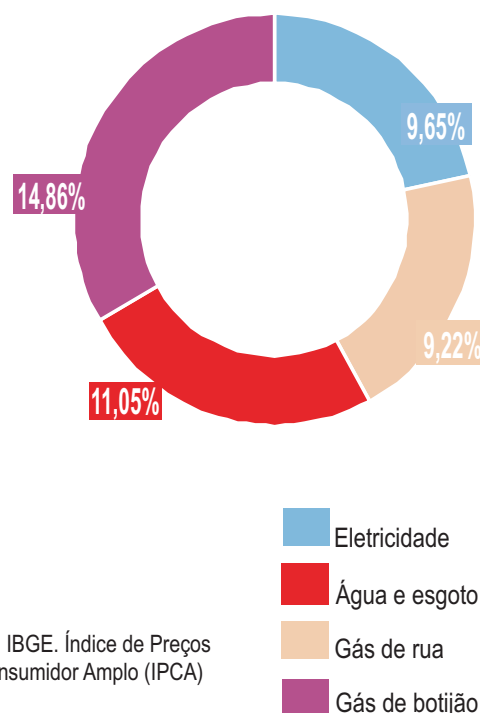
Em 12 meses, de dezembro de 2016 a novembro de 2017, a inflação acumulada foi de 2,29% segundo o Índice do Custo de Vida do DIEESE (ICV/DIEESE) e de 2,80%, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE), Meios de comunicação e analistas vêm comemorando esses resultados porque estão abaixo da meta estipulada pelo governo, mas é preciso cautela. Itens importantes, que pesam muito no orçamento, principalmente para famílias mais pobres, como o gás de cozinha, sem os quais não dá para viver, ficaram muito acima da taxa total.

Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Taxas acumuladas em 12 meses, segundo tipo de mercado
2017 - Município de São Paulo (em %)



Fonte: DIEESE. Índice do Custo de Vida

Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE)
Acumulado 12 meses de serviços públicos
selecionados - Média Brasil, 2017



Fonte: IBGE. Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

Preços e inflação

Inflação - Índices	12 meses - dez/2016 a nov/2017 (%)	Ano de 2017 (%)	Projeção de inflação - jan/2017 a dez/2017 (%)
ICV geral (0,30% de estimativa em dezembro)	2,29	2,16	2,47
ICV estrato 1 (0,30% de estimativa para dezembro)	1,42	1,57	1,87
INPC (0,30% de estimativa para dezembro)	1,95	1,8	2,11
IPCA (0,30% de estimativa para dezembro)	2,8	2,5	2,8

Fonte: DIEESE; IBGE

Cesta Básica Nacional de Alimentos - Novembro de 2017		
Maior valor	Porto Alegre	R\$ 444,16
Menor valor	Salvador	R\$ 315,98
Maior alta	Natal	0,96%
Maior queda	Rio de Janeiro	-3,25%
Salário Mínimo Necessário (SMN)		R\$ 3.731,39
Salário Mínimo		R\$ 937,00

Fonte: DIEESE

SMN equivale a 3,98 vezes o mínimo de R\$ 937,00

ICV - Índice Geral - novembro de 2017	12 meses	Ano de 2017
Alimentação	-2,60%	-2,10%
Alimentação fora do domicílio	3,77%	3,65%

Apesar de o custo da alimentação ter caído -2,60%, nos últimos 12 meses, a alimentação fora de domicílio teve alta de 3,77%. Em dezembro, a expectativa é de queda no preço dos alimentos (-2,10%) e alta na alimentação fora de casa (3,65%).

Quem ganha salário mínimo precisou trabalhar, em média, 85 horas e 58 minutos e gastou 42,47% do salário mínimo líquido para comprar a cesta básica - dado de novembro



Negociação dos reajustes salariais

É necessário ter cuidado para analisar resultados das negociações

Mesmo com a queda da inflação, muitas categorias ainda não conseguiram conquistar aumentos reais nos salários. No segundo semestre, por exemplo, o setor metalúrgico registrou 18 importantes negociações coletivas, 12 delas conseguiram apenas repor a inflação, apenas cinco conquistaram ganhos reais e uma registrou reajuste abaixo da inflação.

Embora o panorama das negociações salariais tenha melhorado em relação a 2015 e 2016, os dados coletados até o início de dezembro deste ano sugerem cautela quanto às expectativas de recuperação dos reajustes salariais. Confira a tabela ao lado.

Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE – Brasil, 2017

Data-Base	Comparação com o INPC-IBGE (em %)			Total
	Acima	Igual	Abaixo	
Janeiro	40,5	40,5	19,0	100,0
Fevereiro	50,0	40,0	10,0	100,0
Março	59,5	33,8	6,8	100,0
Abril	46,5	44,2	9,3	100,0
Mai	75,5	17,6	6,9	100,0
Junho	81,3	18,8	0,0	100,0
Julho	86,7	6,7	6,7	100,0
Agosto	90,0	0,0	10,0	100,0
Setembro	65,6	28,1	6,3	100,0
Outubro	62,5	37,5	0,0	100,0
Novembro	20,0	75,0	5,0	100,0
Dezembro	-	-	-	-
Total	59,4	31,7	8,9	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE)

Professores: trabalho e pisos salariais

Em 2017, a participação dos professores com contratos temporários na educação básica no total da categoria foi de 19,1%. Só no último ano, o número cresceu 12,3%.

Ao mesmo tempo, houve redução de 0,9% no número de contratados por prazo indeterminado.

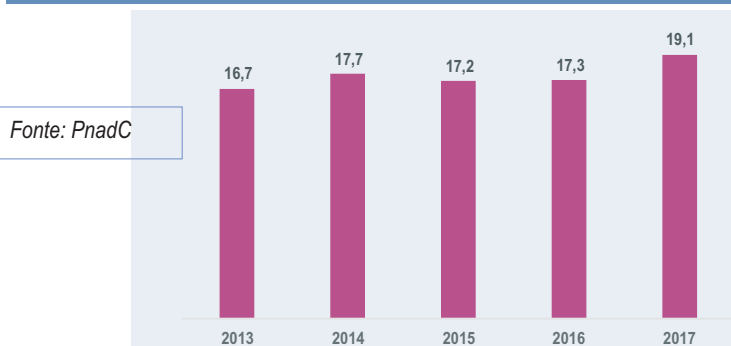
Nos últimos cinco anos, o número de professores com contratos temporários cresceu 15,8%. No mesmo período, houve queda de -2,1% na quantidade de contratados por prazo indeterminado.

Estimativas para o piso

Desde 2009, a lei estabelece que o valor do piso nacional dos professores deve ser reajustado anualmente, em janeiro. O cálculo desse valor mínimo é feito a partir da quantidade de matrículas divulgada pelo Censo Escolar da Educação Básica e de estimativas de receita do Tesouro Nacional.

Segundo estimativa, em 2018, o piso salarial da categoria será reajustado em 6,81%. Com isso, o menor salário a ser pago aos professores e professoras da educação básica, com formação de nível médio e carga horária de 40 horas semanais, deve ficar em R\$ 2.455,52.

Proporção de professores do ensino básico com contratos temporários
Brasil - 3º semestre de 2013 a 2017



Fonte: PnadC

Evolução do Piso Nacional dos Professores
2009 a 2018



Fonte: IBGE e MEC.
Obs.: 2018 = estimativas

Greves em 2017

Trabalhadores da educação fazem greves por direitos

Foram realizadas 213 greves na educação básica pública, segundo o Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE), em 2017. Os dados são preliminares, pois o cadastramento do período ainda não foi finalizado. O total de horas paradas nas mobilizações de professores e auxiliares chega, até agora, a 16,5 mil.

As greves na educação são, no geral, defensivas. O descumprimento de direitos motivou mais da metade das paralisações nesse segmento (59%). Reivindicações pela defesa de condições de trabalho, ou contra a piora delas, ou por patamares mínimos foram exigências de 39% das mobilizações.

Greves e horas paradas na educação básica pública por esfera administrativa - Brasil, 2017

Esfera	Greves	Horas paradas
Rede Pública Federal	1	4
Rede Pública Estadual	28	2.820
Rede Pública Municipal	182	13.586
Multiesferas	2	128
TOTAL	213	16.538



Por que pararam

Esfera	Greves	Horas paradas
Rede Pública Federal	1	4
Rede Pública Estadual	28	2.820
Rede Pública Municipal	182	13.586
Multiesferas	2	128
TOTAL	213	16.538

Reivindicação	Greves (213) nº	%
Piso salarial / Atraso de salário	119	55,8
Reajuste salarial	69	32,4
PCS - Plano de Cargos e Salários	38	17,8
Condições de trabalho	30	14,1
Educação pública	28	13,1
Contratação	20	9,4
Local de trabalho	20	9,4

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das reivindicações pode ser superior ao total, pois uma greve pode conter mais de uma motivação

213 greves
na educação
básica pública



Direitos em risco

Até a entrada em vigor da Lei 13.467/2017, todo empregado ou empregada que trabalhava em local de difícil acesso, para onde não havia transporte público disponível, e que fazia esse trajeto em veículo fornecido pelo empregador, tinha o direito à remuneração pelo tempo despendido no percurso de casa até a empresa e vice-versa. O tempo gasto nesse trajeto recebe o nome de horas In Itinere.

É um direito importante para diversas categorias profissionais, em especial trabalhadores rurais e das indústrias extrativas, cuja atividade geralmente é realizada em locais distantes das residências, não atendidos por transporte coletivo.

Com as alterações realizadas pela reforma trabalhista no artigo 58 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), esse direito foi extinto. A partir de agora, o tempo despendido no trajeto até o posto de trabalho deixa de ser computado na jornada de trabalho, por não ser mais considerado “tempo à disposição do empregador”.

Nesse sentido, é extremamente importante que os sindicatos incluam nos acordos e convenções coletivas cláusulas que assegurem a inclusão ou manutenção das horas *in itinere*.

Em levantamento feito pelo DIEESE em acordos e convenções das mais diversas categorias, foram identificados diversos exemplos de cláusulas sobre horas *in itinere*. Em geral, elas reproduziam as disposições legais anteriores à reforma trabalhista. No entanto, algumas avançavam em determinados pontos, como a respeito do cômputo de horas extras e do cálculo do tempo de deslocamento.

Exemplos de cláusulas

“As horas *in itinere* são computáveis na jornada de trabalho. O tempo que extrapolar a jornada legal será considerado como extraordinário e sobre ele deverá incidir o adicional respectivo, de forma a acarretar o pagamento das mesmas com acréscimo do adicional de horas extras.”

“Desde que o local de trabalho seja de difícil acesso e o itinerário não seja servido por linhas regulares de transporte coletivo, municipal ou intermunicipal, serão pagas as horas gastas no percurso como horas à disposição das empresas.

Fica ressalvada a possibilidade de celebração de acordo entre empresas e sindicato profissional, fixando o tempo gasto no percurso.”

“Caso a empresa forneça transporte para seus empregados e os mesmos estejam exercendo suas atividades em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, regular, suficiente e compatível com a quantidade de trabalhadores e horários de trabalho, ficará a empresa obrigado a pagar as 'horas *in itinere*'. Havendo divergência quando ao tempo de deslocamento, a empresa ficará obrigada a indicar um representante para acompanhar comissão formada pelo Sindicato, integrada por dois empregados indicados pelo Sindicato para realizarem a medição do percurso.”

Fonte: DIEESE

Variação do PIB em relação ao mesmo trimestre do ano anterior

PIB estável no terceiro trimestre: +0,1%

- ✎ Indústria de Transformação: 1,4%
- ✎ Comércio: 1,6%
- ✎ Agropecuária: - 3,0%
- ✎ Consumo das Famílias: 1,2%
- ✎ Formação Bruta de Capital Fixo: 1,6%



Fonte: IBGE

Impacto do 13º do salário na economia

O 13º salário injetou R\$ 200 bilhões na economia brasileira em 2017. Cerca de 83,3 milhões de pessoas foram beneficiadas, entre elas, aposentados, servidores públicos e trabalhadores do setor privado com carteira assinada.

Fonte: DIEESE